

ÍNDICE

Lista de Figuras	13
Lista de Quadros	15
Lista de Tabelas	17
Lista de Casos Práticos e Ilustrações	19
Lista de abreviaturas e siglas	23
Prefácio	25
1. Introdução	27
Objetivos e destinatários	32
Estrutura do livro	33
2. Modelo de Consolidação e Política Orçamental	35
2.1. Demonstrações previsionais consolidadas	38
2.2. Impacto na política orçamental	45
2.3. Comparação com o normativo anterior	47
3. Consolidação Orçamental	49
3.1. Método e procedimentos de consolidação	49
3.2. Casos práticos	54
4. Reorganização de Operações nas Administrações Públicas	67
4.1. Objetivo e âmbito	67
4.2. Definições	68
4.3. Classificação de reorganizações de operações	70
4.4. Contabilização de reestruturações	87

4.4.1. Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis, dos passivos assumidos e quaisquer interesses que não controlam nas operações em reorganização	88
4.4.1.1. Princípio do reconhecimento	88
4.4.1.2. Princípio da mensuração	89
4.4.1.3. Exceções aos princípios de reconhecimento e mensuração	90
4.4.2. O reconhecimento e mensuração das componentes do patrimônio líquido e outros ajustamentos de uma reestruturação	90
4.4.3. Período de mensuração	91
4.4.4. Custos relativos à reestruturação	92
4.4.5. Mensuração e contabilização subsequente	92
4.5. Contabilização de aquisições	93
4.5.1. Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e quaisquer interesses que não controlam na operação adquirida	94
4.5.1.1. Princípio do reconhecimento	94
4.5.1.2. Princípio da mensuração	95
4.5.1.3. Exceções aos princípios de reconhecimento e mensuração	95
4.5.2. Reconhecimento e mensuração do <i>goodwill</i> ou de um ganho numa aquisição a baixo preço	96
4.5.2.1. <i>Goodwill</i>	96
4.5.2.2. Aquisição a um baixo preço	97
4.5.2.3. Aquisição sem contraprestação	98
4.5.2.4. Retribuição transferida	98
4.5.3. Aquisição por fases	99
4.5.4. Período de mensuração	99
4.5.5. Custos relativos à aquisição	100
4.5.6. Mensuração e contabilização subsequente	100
4.5.7. Aquisição inversa	101
4.5.7.1. Mensuração da retribuição	102
4.5.7.2. Preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas	103
4.5.7.3. Interesses que não controlam	104
4.6. Casos práticos	104

4.6.1. Reestruturações	105
4.6.2. Aquisições	110
5. Consolidação Financeira	125
5.1. Percentagem de controlo e percentagem de interesse	127
5.2. Demonstrações financeiras separadas	132
5.2.1. Definições	133
5.2.2. Preparação de demonstrações financeiras separadas	134
5.3. Consolidação de associadas e empreendimentos conjuntos	137
5.3.1. Definições	137
5.3.2. Influência significativa	138
5.3.2.1. Direitos de voto potenciais	139
5.3.2.2. Perda de influência significativa	139
5.3.3. Método da equivalência patrimonial	140
5.3.3.1. Aplicação do método da equivalência patrimonial	141
5.3.3.2. Procedimentos relativos ao método da equivalência patrimonial	143
5.3.3.3. Cessação da utilização do método da equivalência patrimonial	145
5.3.3.4. Distribuições recebidas da participada	146
5.3.4. Casos práticos	147
5.4. Consolidação de entidades controladas	170
5.4.1. Apresentação e dispensa de demonstrações financeiras consolidadas	172
5.4.2. Definições	174
5.4.3. Controlo	175
5.4.4. Requisitos contabilísticos	179
5.4.4.1. Entidades de investimento: requisito do justo valor	186
5.4.5. Transposição de unidades operacionais estrangeiras	187
5.4.6. Perda de controlo	188
5.4.7. Casos práticos	188
5.5. Acordos conjuntos	225
5.5.1. Definições	225
5.5.2. Acordos conjuntos	226
5.5.2.1. Controlo conjunto	226
5.5.2.2. Tipos de acordos conjuntos	228

5.5.3. Demonstrações financeiras das partes num acordo conjunto	228
5.5.4. Ilustrações	229
5.6. Comparação com o normativo anterior	242
6. Estatísticas das Administrações Públicas e Contabilidade Pública	243
6.1. Introdução	243
6.2. Setores e unidades institucionais	244
6.2.1. O setor das administrações públicas	246
6.2.2. Unidades institucionais	249
6.3. Estatísticas das administrações públicas	254
6.3.1. Momento do registo e mensuração	254
6.3.2. Quadro analítico	256
6.3.3. Demonstrações estatísticas	260
6.3.3.1. Demonstração das operações	261
6.3.3.2. Balanço e demonstração de outros fluxos económicos	265
6.3.3.2.1. A dívida pública	270
6.3.3.2.2. Demonstração de outros fluxos económicos	272
6.3.3.3. Demonstração da origem e aplicação de fundos	273
7.3.4. Processo atual de produção de estatísticas das administrações públicas	275
6.3.4.1. Composição do setor das Administrações Públicas	277
6.3.4.2. Responsabilidades institucionais	278
6.3.4.3. A informação compilada no âmbito do PDE	280
6.3.4.3.1. Tabela 1	280
6.3.4.3.2. Tabela 2	281
6.3.4.3.3. Tabela 3	287
6.3.5. A visão preconizada pelo SNC-AP	292
6.3.5.1. Contabilidade financeira e estatísticas das AP	292
6.3.5.2. O novo modelo de preparação das estatísticas das AP	298
7. Relato	307
7.1. Introdução	307
7.2. Relato orçamental	314
7.3. Relato financeiro	319
7.3.1. Reorganização de operações nas administrações públicas	324
7.3.1.1. Reestruturações	324

7.3.1.2. Aquisições	325
7.3.2. Entidades controladas, associadas e acordos conjuntos	325
8. Sistema de Informação	329
8.1. Introdução	329
8.2. Arquitetura do sistema de informação	331
8.3. Elementos estruturantes da solução de consolidação	336
8.3.1. Conceito de entidades parceiras	337
8.3.2. Plano de contas de consolidação	337
8.3.3. Estrutura da informação individual para efeitos de consolidação	340
8.3.4. Hierarquias de consolidação	341
8.3.5. Método de consolidação	344
8.3.6. Grupos de contas de eliminação da consolidação financeira	345
8.3.7. Grupos de contas de eliminação da consolidação orçamental	349
8.3.8. Tipos de documentos	351
8.3.9. Periodicidade da consolidação	355
8.4. Algumas fases do processo de consolidação	356
8.4.1. Reconciliação das operações internas	356
8.4.2. Execução dos lançamentos de eliminação	358
8.4.3. Tratamento das diferenças de conciliação	361
8.4.4. Reversão da consolidação do período anterior	365
Referências	367